

Anexo III - ROTEIRO DE ANÁLISE DE TERMO ADITIVO A CONTRATO DE GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO

Contrato de Gestão nº R 026/2021 – SMS.G/CPCS	Peça 04, fls. 01 e 28
Processo Administrativo nº 6018.2021/0004502-6	Peça 4, fl. 01
Unidade Contratante: Secretaria Municipal da Saúde – SMS	Peça 4, fl. 01
Entidade Contratada: Organização Social Associação Filantrópica Nova Esperança - AFNE, CNPJ nº 06.058.863/0001-04	Peça 4, fl. 02
Objeto original contratado: Gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde (STS) Santa Cecília, Supervisão Técnica de Saúde Sé e Hospital Santa Dulce dos Pobres – Bela Vista da Coordenadoria de Assistência Hospitalar	Peça 4, fl. 02
Vigência contratual: 16.11.21 a 15.11.26 (60 meses)	Peça 4, fl. 04
Valor Original do Contrato (12 meses): R\$ 335.067.463,61	Peça 4, fl. 21

2. ANÁLISE DO ADITAMENTO

2.1. Identificação do Termo de Aditamento

Termo de Aditamento nº 001/2021 Data de assinatura: não consta SEI 6018.2021/0090271-9	Peça 36, fls. 01/07
---	---------------------

Objeto do aditamento: Implantação da UPA III Vergueiro - inclusão no custeio regular - alteração dos Anexos Técnicos IV, V e VI - aprovação do Plano de Trabalho e do Plano Orçamentário para o período de dezembro/2021, referente ao custeio regular da Unidade.	Peça 36, fl. 01
Vigência do aditamento: Dezembro de 2021	Peça 36, fls. 03
Valor do aditamento: R\$ 3.992.026,29	Peça 36, fl. 01

3. DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS QUE PRECEDEM A FORMALIZAÇÃO DO T.A.:

3.1. Justificativa por parte da Origem para o aditamento (art. 37 da CF/88 e art. 81 da LOM/SP).

3.2. ☒ (X) Sem irregularidade(s) ☐ () Com irregularidade(s) Peça 36, fls. 08/09
Detalhamento e embasamento dos valores que compõem o montante estimado do aditamento.

☐ () Sem irregularidade(s) ☒ (X) Com irregularidade(s) ☐ () N.A. Peça 36, fls. 10/18

3.3. Análise prévia do termo aditivo pela Assessoria Jurídica da SMS (art. 24, parágrafo 2º, do DM 52.858/11).

☒ (X) Sem irregularidade(s) ☐ () Com irregularidade(s) Peça 36, fl. 23

3.4. Comprovação da regularidade jurídico-fiscal, nos termos do Decreto nº 44.279/03 (certidões de FGTS, INSS e de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal), e de satisfatória situação econômico-financeira (art. 27, inciso II e §§1º e 2º do DM 52.858/11).

☐ () Sem irregularidade(s) ☒ (x) Com irregularidade(s) Peça 36 fls. 24/32

Não foi apresentada comprovação de satisfatória situação econômico-financeira.

3.5. Em caso de alterações no plano de trabalho (art. 28, incisos I a IV, do DM 52.858/11):

a) Especificação das alterações.

☒ (x) Sem irregularidade(s) ☐ () Com irregularidade(s) ☐ () N.A.

b) Detalhamento do valor orçado.

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s) () N.A.

- c) Definição de metas operacionais, indicativas de melhoria da eficiência e qualidade do serviço, no tocante aos aspectos econômico, operacional e administrativo, bem como os respectivos prazos e cronograma de execução.

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s) () N.A.

Não foram estabelecidas metas para a prestação do serviço. Por ser serviço de demanda não agendada, de procura espontânea, a produção mensal não constitui meta, mas deve ser objeto de monitoramento e avaliação trimestral para adequação do dimensionamento de pessoal.

- d) Definição de indicadores para avaliação de desempenho e de qualidade na prestação dos serviços.

() Sem irregularidade(s) () Com irregularidade(s) (x) N.A.

4. DA APROVAÇÃO DO INSTRUMENTO

4.1. Comissão de Avaliação (§ 1º do art. 6º e art. 7-A da LM 14.132/06, atualizada pela LM 14.664/08, e inciso I do art. 19 e art. 20 do DM 52.858/11).

- a) Análise prévia da minuta do termo aditivo (anterior à assinatura).

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s)

Não consta no PA a aprovação da minuta do termo aditivo pela Comissão de Avaliação.

- b) Atendimento ao quórum mínimo (cinco membros para análise e aprovação da minuta do contrato).

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s)

Não consta no PA a aprovação da minuta do termo aditivo pela Comissão de Avaliação.

4.2. Aprovação do aditamento, mediante parecer circunstanciado, pelo Conselho de Administração da entidade qualificada como organização social (parágrafo 1º, do art. 6º da LM 14.132/06 e ao art. 19, inciso III, do DM 52.858/11).

() Sem irregularidade(s) (X) Com irregularidade(s)

Não consta no PA a aprovação da minuta do termo aditivo pelo Conselho de Administração da entidade qualificada como organização social.

5. DO DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADITAMENTO

5.1. Exarado pelo Secretário Municipal da Saúde.

(X) Sem irregularidade(s) () Com irregularidades

Peça 36, fl. 33

5.2. Publicação no Diário Oficial da Cidade

(X) Sem irregularidade(s) () Com irregularidades

Peça 36, fl. 35

6. DO EMPENHO

Notas de Empenho:

Nota de empenho	Data de emissão	Valor – R\$	Fls.
98.533/2021	07.12.21	3.992.026,29	Peça 36, fls. 36/38
TOTAL		3.992.026,29	-

Dotação Onerada:

Investimento:

84.10.10.302.3003.2507.3.3.50.39.00 – Manutenção e operação de hospitais – Outros serviços de terceiros

6.1. Suficiência do valor empenhado previamente para atender à despesa prevista para o exercício (art. 61 da LF 4.320/64; DM 23.639/87)

() Sem irregularidade(s) (x) Com irregularidade(s) () N.A.

Peça 05, fl. 07

Tendo em vista que não consta no termo aditivo a data de assinatura, não é possível afirmar que a nota de empenho foi emitida previamente.

6.2. Adequação da dotação onerada (Portaria nº 163/2001 - STN)

☒ Sem irregularidade(s) ☐ Com irregularidade(s) ☐ N.A.

7. DO TERMO ADITIVO

7.1. Publicação do inteiro teor do Termo Aditivo no Diário Oficial da Cidade. (art. 16, inciso I do DM 52.858/11)

☐ Sem irregularidade(s) ☒ Com irregularidade(s)

Foi publicado no DOC o extrato do termo aditivo. O inteiro teor do TA não consta do site da SMS.

7.2. Divulgação no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS (<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/CENTS.WEB>) do inteiro teor do aditamento (art. 16, inciso II, letra “a” do DM 52.858/11).

☒ Sem irregularidade(s) ☐ Com irregularidade(s)

7.3. No caso de inclusão de novas unidades de saúde, cláusula que discrimine, expressamente, os bens públicos cujo uso será permitido, observadas as regras estabelecidas nos artigos 14 e 15 da Lei nº 14.132, de 2006 (art. 46 do DM 52.858/11).

☐ Sem irregularidade(s) ☒ Com irregularidade(s) ☐ N. A.

Não consta no TA cláusula que discrimine, expressamente, os bens públicos cujo uso será permitido.

7.4. No caso de inclusão de novas unidades de saúde, inventário prévio dos bens objeto da permissão, estando os mesmos relacionados em anexo integrante do aditamento (art. 46, parágrafo 3º, do DM 52.858/11).

☐ Sem irregularidade(s) ☒ Com irregularidade(s) ☐ N. A.

Não foi juntado no processo SEI o inventário prévio dos bens.

8. OBSERVAÇÕES (X) N. A.